



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional

Porto . 2017

© 2017 Universidade Católica Portuguesa . Porto
Faculdade de Educação e Psicologia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano

Título: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do II Seminário Internacional . **Organizadores:** Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão . **Autores:** Adriana de Lima Penteadó, Afonso José Ganho Pereira de Athayde, Aldenor Batista da Silva Junior, Amâncio Carvalho, Amélia de Jesus Marchão, Ana Vigário, Angelina Sanches, António Andrade, Armando Loureiro, Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Carla Baptista, Carla Sofia Oliveira, Carolina Mendes, Célia Beatriz Piatti, Cláudia Aleixo Alves, Cleonice Halfeld Solano, Conceição Martins, Cristiane Mesquita Gomes, Cristina Palmeirão, Cynthia Matínez-Garrido, Daniela Gonçalves, Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura, Darliane Silva do Amaral, Elisabete Corcetti, Elsa Morgado, Elza Mesquita, Erlando Silva Rêses, Eulália Tadeu, Felipe André Angst, Fernando Rebola, Filomena Lume, Francisco Guimarães, Geisa Portelinha Coelho, Germano Borges, Hélder Henriques, Henrique Luís Gomes de Araújo, Ilda Freire Ribeiro, Ilídia Cabral, Íris Daniela Bidarra, Isabel Lage, Jane do Carmo Machado, Joana Leite, Joaquim Azevedo, Joaquim Escola, Joaquim Machado, Joaquim Sousa, Joelci Mora Silva, José Matias Alves, Laura Rocha, Laurinda Leite, Lenilda damasceno Perpétuo, Leonor Lima Torres, Levi Silva, Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Luísa Orvalho, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, Manuel Luís Castanheira, Manuel Monteiro, Manuel Peniche Bertão, Marco António Oliva Monje, Marco Cruzeiro, Margarida Maria da Gama oliveira, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Maria do Céu Roldão, Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Maria Gerlandia de Oliveira Aquino, Maria Isolete Sousa, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano, Maria Teresa Mateus Pires, Marina Pinto, Mário Cardoso, Mary Rangel, Micheli Bordoli Amestoy, Milena Pimenta de Souza, Paula Marisa Fortunato vaz, Paula Pinto, Paulo de Carvalho, Renata Leite, Rubia Fonseca, Rui Lourenço-Gil, Rui Neves, Samuel Helena Tumbula, Sandra Mónica Dias Almeida, Sefisa Bezerra, Sérgio Olim Gomes de Mendonça, Sílvia Amorim, Sirley Marques da Silva, Sofia Bergano, Sónia da Cunha Urt, Sónia Mirela de Sousa, Soraya Vital, Sueli Mamede Lobo Ferreira, Susana Gastal, Susana Henriques, Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte, Victor Muirequetule, Vincenzo Schirripa, Vitor Barrigão Gonçalves, Wilson ProfirioNicaquela, Zulmira Moreira Ramos **Design e Paginação:** LabGraf . **Colaboração:** Cristina Crava, Francisco Martins . **Editor:** Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto . **Local e data:** Porto, 2017 . **ISBN:** 978-989-99486-8-6 .

APRESENTAÇÃO	9
ÁREA TEMÁTICA	
PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITARIO	
<hr/>	
A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO	13
Sueli Mamede Lobo Ferreira	
CURRÍCULO, FORMAÇÃO INTEGRAL & EDUCAÇÃO 3.0	27
Rubia Fonseca, Amâncio Carvalho, Joaquim Escola, Armando Loureiro	
FESTAS RELIGIOSAS E COGNIÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO À FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (BRASIL)	49
Susana Gastal, Cristiane Mesquita Gomes	
ENSINO SUPERIOR MILITAR E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE COMANDO E LIDERANÇA	65
Victor Muirequetule, Joaquim Machado	
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL NO SÉCULO XX: O DESAFIO DA APRENDIZAGEM NA DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS XUKURU DO ORORUBÁ	83
Maria Gerlandia de Oliveira Aquino	
PROJETO INTEGRA-(TE): PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DE NOVOS DESAFIOS	105
Vitor Barrigão Gonçalves, Paula Marisa Fortunato Vaz	
EDUCATION AND COMMUNITY EMPOWERMENT IN THE CONTEXT OF ITALIAN MERIDIONALISM. DANILO DOLCI, A NONVIOLENT LEADER IN SICILY	115
Vincenzo Schirripa	
HÁ LUGAR PARA O ANTROPÓLOGO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL?	129
Henrique Luís Gomes de Araújo	
LITERACIA MUSICAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: ESTUDO DE CASO	139
Zulmira Moreira Ramos	

ÁREA TEMÁTICA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETOS DE MELHORIA

AÇÕES DE (AUTO)AVALIAÇÃO E SEUS EFEITOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO	154
Felipe André Angst, José Matias Alves	
A AUTOAVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE MELHORIA: UM ESTUDO DE CASO	174
Carla Baptista, José Matias Alves	
AS PERCEÇÕES DOS DIRETORES DE TURMA SOBRE AS SUAS FUNÇÕES E PODERES	183
Sónia Mirela de Sousa, Joaquim Machado	
O PROJETO EDUCATIVO NA PROMOÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA ESCOLA	192
Margarida Maria da Gama oliveira, Cristina Maria Gomes da Costa Palmeirão	
SEGURANÇA PSICOLÓGICA DAS EQUIPAS E COMPORTAMENTOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EMPÍRICO EM ORGANIZAÇÕES ESCOLARES	219
Rui Lourenço-Gil, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CIDADANIA GLOBAL: REFLEXOS DA FORMAÇÃO	232
Ilda Freire Ribeiro, Sofia Bergano, Conceição Martins, Angelina Sanches, Elza Mesquita	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	251
Cleonice Halfeld Solano	
O CONTROLO DA QUALIDADE E A GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET: DE QUE FALAMOS?	265
Laura Rocha, José Matias Alves	
CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO DE ENSEÑANZA EFICAZ	282
Cynthia Matínez-Garrido	
AS LIDERANÇAS INTERMÉDIAS: QUE CONTRIBUTO PARA O (IN)SUCESSO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR?	295
Manuel Monteiro, José Matias Alves	
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ (MS) BRASIL	315
Marco António Oliva Monje	
UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM DINÂMICA E COOPERATIVA NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA	333
Marco Cruzeiro	
O MAL-ESTAR DISCENTE NUMA ESCOLA DO OUTRO SÉCULO: OLHARES DE ALUNOS	353
Carla Baptista, José Matias Alves	

PERCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO HERMENÊUTICO	371
Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Wilson ProfirioNicaquela	

ÁREA TEMÁTICA

ALUNOS, PROFESSORES E POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ESCOLA

EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA COM ALUNOS EM RISCO USANDO JOGOS DIGITAIS	405
---	-----

Joaquim Sousa, António Andrade, Joaquim Machado

AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: A VOZ DOS ATORES	420
---	-----

Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Joaquim Machado

PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): UMA MEDIDA ESCOLAR DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?	435
--	-----

Darlíane Silva do Amaral

A CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SIMBÓLICA: AS ESCOLHAS DOS ESTUDANTES DISTINGUIDOS POR MÉRITO ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO	450
---	-----

Germano Borges, Leonor Lima Torres

PELOS 'JARDINS SECRETOS' DE DUAS ESCOLAS COM POPULAÇÕES ESTUDANTES SEMELHANTES, MAS COM RESULTADOS ACADÉMICOS DIFERENTES	468
---	-----

Sílvia Amorim, Ilídia Cabral, José Matias Alves

COMUNIDADE CIGANA CALON EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: CONFLITOS ÉTNICOS E SABERES PLURICULTURAIIS	489
--	-----

Lenilda damasceno Perpétuo, Erlando Silva Rêses

DAS TENDÊNCIAS EUROPEIAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PORTUGAL, COM TECNOLOGIAS EMERGENTES	506
---	-----

Íris Daniela Bidarra, António Andrade

OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NAS ESCOLAS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO	523
---	-----

Manuel Peniche Bertão, José Matias Alves

O (IN)SUCESSO ESCOLAR NO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA	548
--	-----

Samuel Helena Tumbula, Joaquim Azevedo

PROMOVER O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA LITERACIA: O EXEMPLO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CANGUÇU, NO RIO GRANDE DO SUL	566
--	-----

Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Geisa Portelinha Coelho

AS FRONTEIRAS DA SALA DE AULA: CRUZAMENTOS CONSENTIDOS	577
Isabel Lage, José Matias Alves	
A TUTORIA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS	596
Sandra Mónica Dias Almeida, Cristina Palmeirão	
O IMPACTO DAS PROVAS EXTERNAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA ALÉM DOS NÚMEROS: RESULTADOS, REPRESENTAÇÕES E IMPACTOS PERCECIONADOS	620
Ana Vigário, Ilídia Cabral	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA – EDIÇÃO DE 2014: QUE PRESSUPOSTOS DOS AUTORES E DECISORES CURRICULARES?	639
Francisco Guimarães, Maria do Céu Roldão	
ESTUDIO MULTINIVEL SOBRE EL IMPACTO DE LAS ESTRATEGIAS DE EVALUACIÓN EN EL AULA SOBRE EL RENDIMIENTO ACADÉMICO EN AMÉRICA LATINA	660
Cynthia Martínez Garrido	
O(S) EFEITO(S) DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PROMOÇÃO DO SUCESSO DA APRENDIZAGEM NA LÍNGUA MATERNA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	677
Maria Isolete Sousa, Daniela Gonçalves	
PROJETOS INTERDISCIPLINARES: UMA OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM CRÍTICA E CRIATIVA	694
Marina Pinto, Renata Leite, Daniela Gonçalves	
A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ENSINO DAS CIÊNCIAS: UM ESTUDO CENTRADO NOS CURRÍCULOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS	708
Micheli Bordoli Amestoy, Laurinda Leite, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	
ÁREA TEMÁTICA	
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
<hr/>	
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE	731
Jane do Carmo Machado, Mary Rangel, Rui Neves	
A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA	747
Carla Sofia Oliveira	
OS PROFESSORES E A COADJUVAÇÃO EM SALA DE AULA	768
Eulália Tadeu, Joaquim Machado	

A SUPERVISÃO COMO DISPOSITIVO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS	786
Elza Mesquita, Maria do Céu Roldão	
AS NOVAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UM PROCESSO EM PARTICIPAÇÃO	803
Amélia de Jesus Marchão, Hélder Henriques, Fernando Rebola	
ESTRATÉGIAS FORMATIVAS E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS COM ENSINO PROFISSIONAL	824
Luísa Orvalho, José Matias Alves	
O MULTICULTURALISMO E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ASSISTENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL	839
Sirley Marques da Silva	
FORMAÇÃO BIOÉTICA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS	858
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
ÁREAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: PERSPETIVAS DOS EDUCADORES	881
Manuel Luís Castanheira, Carla alexandra do Espírito Santo Guerreiro	
O CONTRIBUTO DA SUPERVISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE ONLINE: REFLEXÕES TEÓRICAS	887
Susana Henriques, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano	
AS INCERTEZAS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE...	899
Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte	
POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CULTURAL	917
Cláudia Aleixo Alves	
A PROFISSIONALIDADE DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE SOCIAL	931
Adriane de Lima Penteadó	
UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR	948
Sefisa Bezerra, Elsa Morgado, Mário Cardoso, Levi Silva	
UM CURRÍCULO CONSTRUÍDO EM TORNO DO MAR: GÉNESE, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES DE UM PROJETO	968
Paula Pinto, José Matias Alves	
PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOCUSED ON GENDER IN BRAZIL: DILEMMAS AND CHALLENGE	968
Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva de Loreto	

QUANDO O PESQUISAR COLABORA PARA FORMAR: PROFESSORAS NAS OFICINAS DE APRENDIZAGEM DO FACEBOOK	1012
--	------

Joelci Mora Silva, Sônia da Cunha Urt

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA PARA ATUAR NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL	1025
--	------

Aldenor Batista da Silva Junior, Joelci Mora Silva, Soraya Vital, Sônia da Cunha Urt

ÁREA TEMÁTICA

ESCOLA, TERRITÓRIO E MUNDO DO TRABALHO

ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	1047
--	------

Milena Pimenta de Souza

OS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: RETÓRICA E AÇÃO	1059
--	------

Joana Leite, Joaquim Machado

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPLEMENTADA COM O PRONATEC E A SUA VINCULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	1068
---	------

Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura

ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR DO FUNCHAL (1919-1926)	1085
--	------

Filomena Lume

OS CURSOS PROFISSIONAIS EM PORTUGAL, 2005-2016: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1098
--	------

Danilma de Medeiros Silva

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL: DA RETÓRICA ÀS (PERCEÇÕES SOBRE AS) PRÁTICAS – UM ESTUDO DE CASO	1112
--	------

Maria Teresa Mateus Pires, Ilídia Cabral

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL: O SENTIDO E O SIGNIFICADO DA LEITURA NA VOZ DOS LEITORES	1134
--	------

Célia Beatriz Piatti, Sônia da Cunha Urt, Joelci Mora Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL	1151
--	------

Carolina Mendes, José Matias Alves, Paulo de Carvalho

OS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: RETÓRICA E AÇÃO

Joana Leite

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa
Porto, joanaestevesleite@gmail.com

Joaquim Machado

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa
Porto, jmaraujo@porto.ucp.pt

Resumo

Na reconfiguração do papel do Estado, os municípios têm vindo a alargar o âmbito das suas competências de ação no domínio da educação, tendo nos últimos tempos recorrido à figura de “contrato interadministrativo” de delegação de competências por parte da Administração Central na Administração local, visando uma gestão educativa por objetivos. O nosso estudo visa compreender as motivações do município e identificar as medidas implementadas, bem como a ação e os papéis que desempenha no âmbito da coordenação local da educação escolar. O estudo desenvolve-se num concelho do norte de Portugal, assume uma natureza qualitativa e recorre à pesquisa documental, à observação e a entrevistas semiestruturadas. Nesta comunicação apresentamos alguns resultados ainda provisórios, incidindo sobretudo nos fluxos, tensões e correlação de forças entre a escola, a administração central e o município.

Palavras-chave: centralização, descentralização, contrato e gestão local.

Abstract

In the reconfiguration of the role of the State, municipalities have been broadening the scope of their activities in the field of education, and in recent times they have turned to the "inter-administrative contract" model for delegating power from the Central Administration to Local Administration, seeking to manage education through objectives. As part of this PhD in Educational Sciences, we undertook a study to understand a municipality's motives and identify the measures implemented, as well as the actions it takes and the roles it plays in local coordination of school education. The study is undertaken in a district in northern Portugal. It is of a qualitative nature and uses documentary research, observation and semi-structured interviews. In this paper we present some tentative results, focusing mainly on the distinction between influence on education within the district and on education in each school, in the motivations expressed by the municipality's political leaders and in the perceptions of the school directors regarding the dual control by the central administration and the municipality.

Key words: centralization, decentralization, contract, local management.

1. Introdução

A centralização da educação é uma constante da história de Portugal desde o Marquês de Pombal, mas no Portugal democrático, tem crescido a intervenção dos municípios nesta área de ação (Fernandes, 2005). A reconfiguração do papel do Estado na área da Educação assenta num processo de territorialização da ação política através de movimentos de descentralização, re-centralização e re-descentralização (Charlot, 1994) que envolve três principais intervenientes no processo: a Administração Central, o Município e a Escola.

Machado (2015, p. 13-14) sintetiza os cinco modos que, em Portugal, tem adotado a territorialização da ação política na área da Educação:

A transferência de novas competências e recursos para os municípios alargando o campo da sua intervenção na educação (a descentralização administrativa);

O reconhecimento da autonomia relativa dos professores e das escolas, sobretudo na organização local do processo de ensino, dotando-a de órgãos de governação interna com competências e atribuições específicas;

O processo de reordenamento da rede escolar e a constituição do agrupamento de

escolas, entendido como a “unidade organizacional” com mais poder e influência em termos de gestão relativamente às suas “subunidades”, isto é, os estabelecimentos escolares;

A integração de representantes dos pais e de outros atores locais em órgão de seleção do diretor e de acompanhamento da governação das escolas;

A celebração de contratos com escolas e municípios para apoio a projetos de desenvolvimento local da educação, como os que integram programas (TEIP, AEC) e, agora, os contratos de educação e formação municipal.

O estudo que desenvolvemos visa compreender as motivações de um município do norte de Portugal para celebrar um “contrato de educação e formação municipal”, assumindo competências que têm pertencido ao ministério da educação e às escolas, e identificar as medidas implementadas, bem como a ação e os papéis que o município desempenha no âmbito da coordenação local da educação escolar.

2. A intervenção das autarquias na educação escolar desde 1974

Com o fim do Estado Novo e a Revolução de Abril de 1974, tornou-se possível criar o embrião das condições para uma alteração substancial do quadro de competências das autarquias locais e a ideia de descentralização foi retomada com um aparente consenso nacional. Contudo, na perspetiva de Nóvoa (2005, p. 49) este consenso “é um pouco enganador: alguns querem um maior poder das autarquias; outros insistem num reforço da autonomia das escolas; outros ainda pretendem intensificar a participação das comunidades locais na vida escolar” (citado por Pinhal, 2012, p. 250-251).

No final de 2003, era possível sistematizar os pontos onde incidiam a Competências Educacionais dos Municípios. Segundo Pinhal (2012, p. 254) elas incidiam já em três grandes domínios: 1) a conceção e o planeamento do sistema Educativo local; 2) a construção e gestão de equipamentos e serviços; e 3) o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de ensino.

Em 2015, com os “contratos de educação e formação municipal” o município vê fortalecida a sua ação como interveniente de estatuto público, mas, em bom rigor, não se poderá falar de descentralização mas de desconcentração, quando se

admite “delegar” em órgãos dos municípios ou das entidades intermunicipais competências no âmbito da gestão escolar e da oferta educativa e formativa e no âmbito da gestão curricular e pedagógica (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, art.º 8.º). Na verdade, são distintos os processos de desconcentração e de descentralização.

A desconcentração assenta na criação de graus intermédios e inferiores, a nível regional e a nível local, mas integrados na cadeia hierárquica de comando central, ou sujeitos ao seu poder de direção, podendo as suas decisões ser modificadas ou revogadas pelos responsáveis centrais. Os poderes desconcentrados incidem em tarefas predominantemente técnicas, mantendo-se no topo as decisões mais substanciais de natureza política, legislativa ou regulamentar.

Por sua vez, a descentralização efetua-se mediante a transferência por via legislativa de atribuições e competências de órgãos de Estado para os órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, mas é um processo com características distintas da desconcentração administrativa porque: 1) supõe o reconhecimento de interesses próprios de uma coletividade humana definida ou pela pertença a um território ou por constituir um certo aglomerado social com identidade própria e interesses comuns; 2) implica a gestão desses interesses por órgãos cujos titulares são eleitos pelos membros da coletividade perante os quais respondem; e 3) não está subordinada hierarquicamente a outro órgão constituindo uma organização administrativa independente, limitando-se o controlo do Estado à verificação da legalidade dos atos praticados (Fernandes, 2005, p. 57-58).

Assim sendo, pelos contratos de educação e formação municipal celebrados entre o Governo e alguns municípios aprofundam os domínios de intervenção dos municípios na educação escolar, mas inserem-se nas “competências não universais”, isto é, as competências transferidas mediante contratualização com vista à resolução dos problemas e à redução das assimetrias que subsistem na prestação do serviço educativo (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, Preâmbulo). Estes contratos são celebrados entre os departamentos da administração central competentes e os municípios interessados, assentando em tipologia contratual e identificação padronizada de custos, de acordo com a atividade a transferir (Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, art.º 6.º, n.º 3).

Os objetivos estratégicos destes “contratos interadministrativos” incidem em

quatro domínios as aprendizagens das crianças e jovens, a organização pedagógica e curricular das escolas, a gestão dos recursos educativos e a interação comunitária. Assim sendo, os contratos de educação e formação municipal aumentam as zonas de convergência entre a ação dos municípios e a ação das escolas e originam um diferente quadro de regulação local da educação escolar (Machado, 2015).

3. Objetivos e metodologia do estudo

O nosso estudo assume uma natureza claramente qualitativa recorrendo à triangulação de resultados obtidos na pesquisa documental, na observação direta (participação em reuniões, enquanto convidada) e nas entrevistas semiestruturadas (a responsáveis autárquicos e agentes educativos).

O estudo insere-se no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação da primeira autora e desenvolve-se num concelho do Norte de Portugal inserido na Área Metropolitana do Porto, cuja câmara celebrou em 2015 com o ministério da educação um contrato de educação e formação municipal, no âmbito do Programa Aproximar.

Um dos objetivos do estudo é compreender as motivações do município em celebrar um “contrato de educação e formação municipal”, reflexo de uma figura jurídica criada pela Administração Central no âmbito do Programa Aproximar denominada “contrato interadministrativo de delegação de competências na Administração Local”.

O nosso objetivo de partida foi compreender e interpretar os fluxos e/ou tensões criadas entre os intervenientes no processo. Este estudo assenta num triângulo, cujos vértices são a Administração central, o Município e as escolas. Relativamente à Administração central, tem em conta que ela mantém as escolas como suas unidades orgânicas e reconhece-lhes autonomia em diversos domínios e delega nos Municípios competências no domínio das aprendizagens das crianças e jovens, no domínio da organização pedagógica e curricular das escolas, no domínio da gestão dos recursos educativos e no domínio da interação comunitária. No que concerne ao Município, o estudo visa identificar as motivações que levou os seus responsáveis políticos a celebrar um contrato interadministrativo com o ministério

da educação e quais as suas ambições no que concerne às áreas de intervenção na educação escolar a nível local, conhecer o plano de ação e indagar se ele é igual para todos dentro do município e, finalmente, reconhecer as estruturas que regulam o cumprimento/execução do contrato. No que respeita às Escolas, o estudo pretende acompanhar o processo de implementação do contrato, identificar eventuais conflitos ou tensões que se gerem no processo e compreender e distinguir as perceções dos diretores, dos membros do conselho geral e do conselho pedagógico sobre a dupla regulação, bem como saber como os pais e as entidades parceiras perspectivam o novo quadro de ação local no domínio da educação escolar.

4. Apresentação de resultados

O Município tem uma base populacional bastante heterogénea, apresentando freguesias com significativo grau de industrialização e outras eminentemente rurais, facto que conduz a uma diversidade de população estudantil diversa conforme a área de influência de cada Agrupamento de Escolas.

No município há cinco Agrupamentos de Escolas, sendo que dois são “regulares”, um tem contrato de autonomia e os restantes dois integram o Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e têm contrato de autonomia.

O Município apresenta já alguma tradição de coordenação local de estratégias educativas, em virtude de no quadriénio anterior já ter elaborado um Projeto Educativo Municipal, ambicionando ser, não apenas promotor e coordenador local das políticas educativas centrais, mas também autor e intérprete das suas próprias políticas educativas (Neto-Mendes, 2007; Machado, 2015). Vê, assim, na assinatura deste contrato interadministrativo de delegação de competências, um modo de dar continuidade reforçada a esse percurso já efetuado e corporizar “uma terceira margem nos modos de governação da educação” (Alves & Cabral, 2015).

Atualmente percebe-se que o modelo organizacional criado pelo município tem por base um organigrama como o que se apresenta na Figura 1:

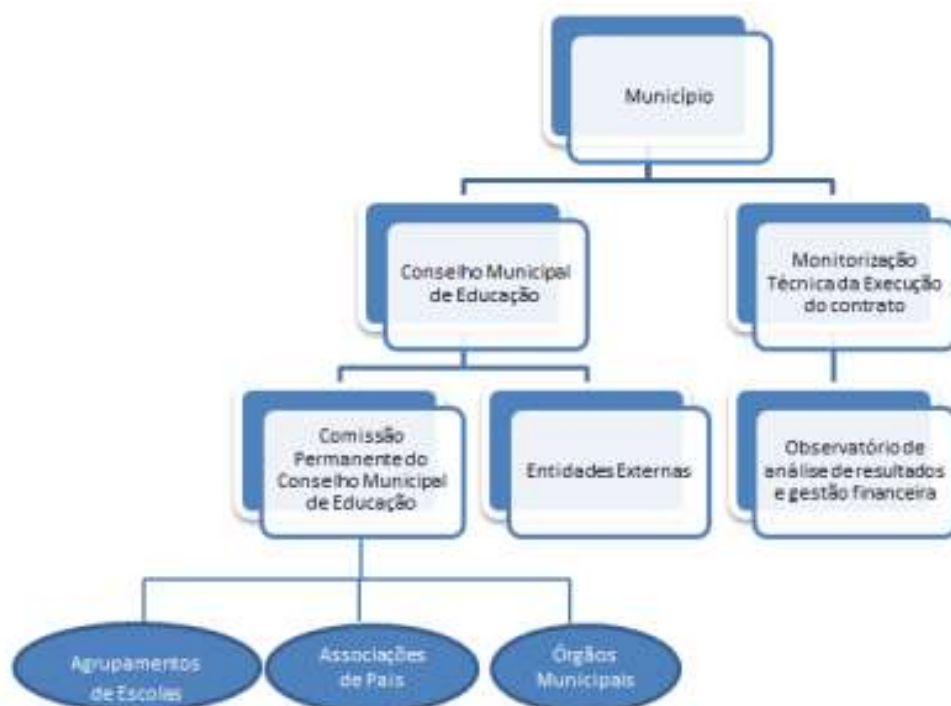


Figura 1. *Organograma da monitorização*

A monitorização do cumprimento/execução do contrato é feita de duas formas: através do Observatório Municipal de Educação (tratamento de dados e resultados e execução financeira) e da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação onde estão presentes os diretores de Agrupamento, os Órgãos Municipais e a Federação Municipal de Associações de Pais e Encarregados de Educação e onde são debatidas as opções pedagógicas e necessidades prementes dos Agrupamentos de Escolas.

O Município ambiciona ainda fazer parte integrante do Projeto Educativo Metropolitano da área onde se insere, através da candidatura/participação em projetos comuns.

Os Agrupamentos de Escolas, fruto da sua diferente tipologia, apresentam realidades diversas, necessidades diversas que são escalpelizadas durante as reuniões da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, nomeadamente no que respeita a intervenções nas infraestruturas (onde se excluem as duas unidades orgânicas intervencionadas pela Parque Escolar),

contratação de pessoal auxiliar e técnicos especializados (mais facilitada nas escolas com contrato de autonomia) e discussão de propostas para a rede escolar, mantendo um equilíbrio da oferta educativa.

O Conselho Municipal de Educação gere ainda a forma de como aplicar a verba oriunda do Orçamento Participativo Municipal dedicada à Educação, sendo que a parte técnica deste procedimento é da alçada exclusiva do executivo camarário.

A coordenação Educativa do município é evidenciada pela criação de projetos de âmbito e interesse municipal com a participação da comunidade educativa.

Neste momento da investigação, denota-se que a correlação de forças não é igual, evidenciando-se o predomínio para a Administração Central sobre a ação Educativa quer dos Municípios quer das Escolas e confirmando que se trata de um processo de desconcentração mais do que de descentralização.

Durante esta primeira fase da nossa investigação, constatou-se o surgimento de novos fluxos, que parecem ser secundários relativamente aos inicialmente previstos, mas que poderão tornar-se relevantes no desenrolar da investigação, pois a evolução da concretização do contrato interadministrativo de delegação de competências é bastante dinâmica, como procuramos ilustrar com a Figura 2.

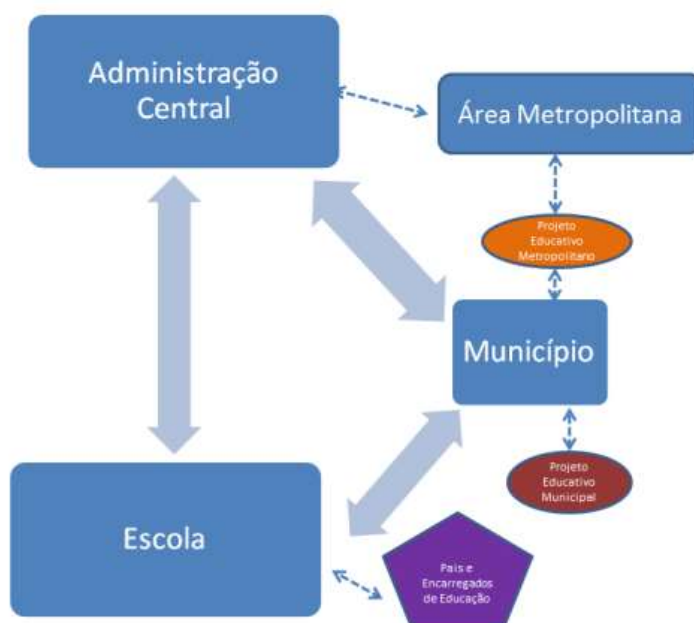


Figura 2. Fluxos principais e secundários entre os intervenientes

Tornou-se, no entanto, evidente que os fluxos de influência existentes não têm sido, de facto, equitativos, como pressupomos à partida, sendo perceptível a preponderância da Administração Central neste processo territorialização da ação política na área da educação escolar.

5. Referências bibliográficas

- Alves, J. M.; Cabral, I. (2015). Educação, território e governação – O Programa Aproximar e a terceira margem. . *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 15, 2015, 35-52
- Charlot, B. (coord.) (1994). *L'École et le Territoire: Nouveaux espaces, nouveaux enjeux*. Paris: Armand Colin
- Fernandes, A. S. (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: Uma panorâmica europeia. In J. Formosinho et al.. *Administração da Educação: Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 53-89). Porto: Edições ASA
- Fernandes, A. S. (2014). Contextos de intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. Machado et al.. *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local: Projectos Educativos Municipais* (pp. 35-61). V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão
- Machado, J. (2015). A gestão local da educação escolar. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 15, 2015, 11-34
- Neto-Mendes, A. (2007). A participação dos municípios portugueses na educação e a reforma do estado – Elementos para uma reflexão. In B. Sander (Org.), *Por uma Escola de Qualidade para Todos: Programação e trabalhos completos do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e administração da Educação*. Porto Alegre, 11 a 14 de novembro. Consultado em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/ssimposio2007/40.pdf
- Pinhal, J. (2012). Os municípios portugueses e a educação – Treze anos de intervenções (1991-2003). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e Tecnologia